



Município de
Resende

CÂMARA MUNICIPAL

PK

Ata nº. 05/2014

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE,
REALIZADA EM 06.03.2014**

LOCAL: -----
Salão Nobre dos Paços do Concelho de Resende. -----

CONSTITUIÇÃO DO EXECUTIVO: -----

PRESIDENTE: -----

Manuel Joaquim Garcez Trindade (PS);-----

VEREADORES: -----

Jaime António Bernardino Alves (coligação PSD/CDS Por Resende) ;-----

Sandra Manuela Rodrigues Pinto (PS); -----

Joaquim Rodrigo de Matos Ferreira Pinto Pereira (coligação PSD/CDS Por Resende) ;-----

Albano António Alves dos Santos (PS); -----

Anabela Ribeiro de Oliveira (coligação PSD/CDS Por Resende);-----

Maria José Rodrigues Dias (PS); -----

HORA DE ABERTURA: -----

Eram 10h45 quando o senhor Presidente da Câmara deu início à reunião.-----

A. PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

B. PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”: -----

B.1. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR; -----

O senhor Presidente solicitou a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, uma vez que a mesma foi distribuída a todos os membros com antecedência, a qual foi concedida.-----

Seguidamente, foi a referida ata colocada à discussão e sujeita a votação (na parte em que não tinha sido previamente aprovada em minuta), **tendo sido aprovada por unanimidade.**-----

B.2. RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA; -----

A Câmara tomou conhecimento do Resumo Diário da Tesouraria nº 8/2014, datado de 28 de fevereiro de 2014, cuja dotação orçamental é de 99.225,79€ e dotação não orçamental é de 426.157,85€.-----

B.3. COMPETÊNCIA DELEGADA; -----

Não houve.-----



B.4. ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO; -----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Joaquim Rodrigo de Matos Ferreira Pinto Pereira (coligação PSD/CDS Por Resende) – Alertou o executivo para as necessidades, nomeadamente a nível financeiro, que carecem as Associações do concelho para o desenvolvimento das suas atividades. Deu nota de que nos mandatos anteriores o executivo deliberava sobre os montantes de apoio financeiro a atribuir a cada uma das Associações, no âmbito das Normas para a Concessão de Apoio Financeiro a Atividades de Interesse Público Municipal, logo no início do ano e que no presente ano civil já decorre o mês de março e até ao presente momento ainda nada foi deliberado relativamente aos subsídios a atribuir às Associações...- -

Presidente da Câmara – Esclareceu que o apoio financeiro às Associações do concelho é um assunto que está na agenda do executivo, mas que neste momento se encontra em fase de estudo, pois pretende-se uma nova atitude relativamente à atribuição deste tipo de apoios financeiros. Referiu que o momento que, quer o País quer o Município atravessam, não é igual aos dos anos anteriores, pelo que essa realidade também terá de ser tida em em conta na decisão a tomar. Concluiu dizendo que compreendia perfeitamente as necessidades das Associações do concelho e que brevemente o assunto seria agendado para discussão e votação em reunião do executivo.-----

Jaime António Bernardino Alves (coligação PSD/CDS Por Resende) – Disse que a sua intervenção prendia-se com a preocupação que lhe foi transmitida por alguns encarregados de educação no que diz respeito ao aluimento de terras numa estrada da freguesia de Miomães e pelo facto de nessa mesma estrada passar o autocarro que transporta os alunos do Centro Escolar. Referiu ser conhecedor da intervenção já realizada pelo executivo, mas que tal ocorrência tem vindo a ser constante todos os anos, especialmente no período do inverno e das chuvas. Entende que este tipo de problema é uma preocupação comum a todos, pelo que propôs que se procedesse à construção de um muro de suporte, o qual iria permitir a resolução definitiva deste problema, já que apenas a colocação de terra, tal como tem vindo a ser feito, só por si não o resolvia, transmitindo a sua preocupação de que algum acidente mais grave possa acontecer.-----

Presidente da Câmara – Informou que aquando dessa ocorrência de imediato os serviços se deslocaram ao local para proceder à devida sinalização e à colocação em prática de alguns procedimentos para redução de riscos para a população e veículos, tendo dado indicações aos serviços para procederem à resolução em definitivo do problema.-----

Albano António Alves dos Santos (PS) – Disse que entendia as preocupações dos encarregados de educação, uma vez que o autocarro transporta essencialmente crianças, mas que os serviços técnicos da Câmara lhe transmitiram de que nunca houve o real perigo de derrocada da estrada, sendo que estes se deslocaram de imediato ao local, tendo de imediato procedido à delimitação de uma faixa para segurança, quer de veículos quer de pessoas. Informou ainda que os serviços procederam à reconstrução do talude que tinha caído e à reposição do aqueduto existente no local, sendo que este último foi alongado para se poder evitar um novo aluimento de terras. O



CÂMARA MUNICIPAL

transporte escolar foi alterado no seu percurso, por indicação do senhor Presidente da Câmara, dado que esta medida trazia alguma calma e tranquilidade aos encarregados de educação, mas reforçou a ideia da não existência de qualquer perigo eminente. Referiu que as condições climatéricas também proporcionaram algum atraso na intervenção no local, mas que assim que foi possível os serviços restabeleceram o normal funcionamento da estrada. Esclareceu que as condições climatéricas adversas foram uma das causas do aluimento, juntamente com o facto de existirem algumas pessoas que, indevidamente, tudo encaminham para o aqueduto ali existente, julgando que este também serve de vazadouro para aquilo que estas não querem nos seus terrenos, proporcionando assim a acumulação de detritos nas valetas, o que acaba por originar situações como esta. Por último referiu que queria deixar registado a não existência de qualquer perigo de desmoronamento da estrada, contrariamente àquilo que foi, e muito, dito e que a intervenção por parte da Câmara é e será sempre a mais pronta possível.-----

Jaime António Bernardino Alves (coligação PSD/CDS Por Resende) – A propósito da reforma judiciária em curso, disse que tal como foi possível constatar na última sessão da Assembleia Municipal, não poderia existir qualquer tipo de dúvida em relação à posição da coligação “PSD/CDS Por Resende” no que diz respeito ao tema do encerramento do Tribunal de Resende e que esta era uma preocupação comum aos sete eleitos do atual executivo, transmitindo a intenção de participação na manifestação do dia 7 de março, com o intuito de unir esforços contra o encerramento do Tribunal. Questionou o senhor Presidente quanto à forma de como estava a ser organizada a manifestação, bem como a mesma iria decorrer.-----

Presidente da Câmara – Esclareceu que esta manifestação conta com o apoio da população, esperando-se uma presença significativa da mesma. Quanto à forma como iria decorrer, deu nota de que iriam ocorrer algumas intervenções com o intuito de dar algumas satisfações e esclarecer algum tipo de dúvidas que possam ainda persistir na população. Referiu que as intervenções seriam eventualmente por parte da Dr^a Cláudia Vieira, na qualidade de Delegada Concelhia da Ordem dos Advogados (a qual confirmou a presença na manifestação da senhora Presidente da Delegação Distrital do Porto da Ordem dos Advogados), do senhor Presidente da Assembleia Municipal de Resende, bem como dele próprio, visando esclarecer a população daquilo que já foi feito e qual o ponto de situação das medias já realizadas contra o encerramento do Tribunal de Resende. Informou também que iriam ser distribuídos pela população autocolantes com a inscrição “todos somos portugueses e temos direito ao Tribunal e a um juiz”. Referiu ainda, tal como já anteriormente o tinha feito na Assembleia Municipal, que de facto reconhece a disponibilidade da bancada da coligação “PSD/CDS Por Resende” e o seu desacordo em relação a esta medida de encerramento do Tribunal, mas que tal disponibilidade e desacordo “ficou por cá”, realçando que não houve da parte da bancada “PSD/CDS Por Resende” qualquer tipo de iniciativa ou ação junto do Governo e ou da senhora Ministra da Justiça.-----

Jaime António Bernardino Alves (coligação PSD/CDS Por Resende) – Esclareceu que no mandato anterior os Vereadores da bancada do PSD procederam ao envio de uma carta dirigida à



CÂMARA MUNICIPAL

senhora Ministra da Justiça e que a mesma foi do conhecimento público, referindo ainda que cópia da mesma poderia ser disponibilizada na próxima reunião do executivo.-----

Presidente da Câmara – Disse ser a primeira vez que ouvia falar de tal carta, pelo que só agora teve conhecimento da mesma, tendo manifestado estranheza pelo facto dos Vereadores da bancada do PSD apenas ter remetido uma única carta, enquanto que o anterior executivo o fez por mais do que uma vez.-----

Albano António Alves dos Santos (PS) – Manifestou o seu agrado com a posição da coligação “PSD/CDS Por Resende” relativamente ao encerramento do Tribunal de Resende, referindo ser do seu conhecimento, através das redes sociais, da existência da carta referida anteriormente e questionou se a mesma obteve qualquer resposta por parte da senhora Ministra da Justiça.-----

Jaime António Bernardino Alves (coligação PSD/CDS Por Resende) – Respondeu que à data do envio da carta à senhora Ministra da Justiça era membro da Comissão Política do PSD, mas que no presente momento, dado já não exercer tais funções, não possui informação relativa à existência ou não de resposta por parte do Ministério da Justiça, mas que poderia averiguar e posteriormente dar mais informações ao executivo. Questionou, de igual forma, se o anterior executivo obteve qualquer resposta às cartas por si remetidas à senhora Ministra.-----

Presidente da Câmara – Informou que a senhora Ministra da Justiça não respondeu às cartas da Câmara Municipal nem às de ninguém, não permitindo sequer qualquer aproximação para o início de um diálogo.-----

Albano António Alves dos Santos (PS) – Reforçou a intervenção do senhor Presidente da Câmara, referindo que a senhora Ministra não responde a nada nem a ninguém. Referiu a entrevista dada pela senhora Ministra da Justiça a um órgão da comunicação social, onde foi perceptível a sua total desvalorização pelo interior do País e pela preocupação da população relativamente ao encerramento de Tribunais, tendo inclusive dito que esta reforma judiciária em curso não foi realizada tal como está prevista no pacote que estava “em cima da mesa”, dizendo que esta seria a sua proposta e que entende que deverá ser feito desta forma alegando que a grande concentração de processos encontram-se nas capitais de Distritos, esquecendo-se que essas mesmas capitais é onde se encontra grande concentração de pessoas o que origina mais número de processos. Disse ainda que a senhora Ministra da Justiça chegou a referir que estes Tribunais não tinham movimento e que a justiça não era especializada, onde os processos demoravam muito tempo e onde a justiça era de pior qualidade, concluindo que a senhora Ministra vive num mundo à parte. Por último disse ser de difícil entendimento o facto da coligação “PSD/CDS Por Resende” defender a continuidade do Tribunal de Resende no concelho nas reuniões do executivo, quando não tem a mesma atitude em tal defesa fora do concelho, segundo está convicto.-----

Jaime António Bernardino Alves (coligação PSD/CDS Por Resende) – Esclareceu que relativamente à postura da sua bancada, esta era a mesma dentro e fora do concelho, referindo que o senhor Vereador Albano Santos não possui autoridade nem moral para colocar em causa aquilo que é feito por outras pessoas, não estando a ser justo nem a dizer a verdade. -----



CÂMARA MUNICIPAL

Albano António Alves dos Santos (PS) – Pediu a bancada da coligação “PSD/CDS Por Resende” para dizer ou mostrar aquilo que fizeram no concelho, ou fora dele, no que diz respeito às iniciativas tidas em defesa do Tribunal de Resende, uma vez que o atual executivo dá conhecimento de tudo aquilo que é feito para contrariar o encerramento do Tribunal, referindo ainda não existir uma grande preocupação por parte da oposição relativamente a este assunto, uma vez que esta nem sequer consegue, à presente data, dizer se houve ou não uma resposta por parte da senhora Ministra à carta enviada.-----

Jaime António Bernardino Alves (coligação PSD/CDS Por Resende) – Reafirmou o proferido anteriormente no que diz respeito à autoridade para a colocação em causa do comportamento da sua bancada, dizendo que os Vereadores da oposição estão de consciência tranquila. Lembrou que o senhor Vereador Joaquim Pereira (PSD) em anterior reunião do executivo, mais concretamente em 16 de julho de 2012, conforme se encontra registado em ata, disponibilizou-se para, em conjunto, fazer a defesa da continuidade do Tribunal de Resende, dizendo que só se pode distorcer aquilo que têm feito de forma coerente e sequencial no tempo quem estiver de má fé. Por último referiu que deram as explicações a quem tinham de dar e nos locais certos.-----

C. PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”:-----

C.1. ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente a lista contendo assuntos para conhecimento do executivo.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Foi tomado conhecimento.-----

C.2. AUTO DE RECEÇÃO PROVISÓRIA – URBANIZAÇÃO DO LOTEAMENTO QUINTA DA FRAGA – CÁRQUERE – MANUEL PINTO LOPES;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a receção provisória das obras de urbanização do Loteamento da Quinta da Fraga, de acordo com o n.º 1 do artigo 56.º do Decreto-Lei nº400/84, de 31 de dezembro.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar nos termos das informações dos serviços.**-----

C.3. PEDIDO DE CERTIDÃO DE AUTORIZAÇÃO DE AUMENTO DE COMPROPRIEDADE – JOAQUIM TAMBORINO DA SILVA;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, um pedido de Joaquim Tamborino da Silva, a requerer que seja certificado que não existe qualquer inconveniente em que se celebre a escritura de partilha de aumento de compropriedade dos prédios rústicos, inscritos na respetiva matriz sob os artigos 1593º e artigo 1469º, não descritos na Conservatória do Registo Predial, sites no Lugar



CÂMARA MUNICIPAL

de Bentosela e Lugar de Castanheira, respetivamente, freguesia de Paus, concelho de Resende. Os serviços da DOPU informaram favoravelmente.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar nos termos das informações dos serviços.**-----

C.4. CARTA EDUCATIVA – PROPOSTA DE REVISÃO;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e posterior envio à Assembleia Municipal, uma proposta da senhora Vereadora do Pelouro da Educação, Animação e Cultura, Dr^a Sandra Pinto, de revisão da carta educativa, a qual já foi objeto de parecer favorável por parte do Conselho Municipal de Educação.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Jaime António Bernardino Alves (coligação PSD/CDS Por Resende) – Referiu que relativamente à carta educativa, a qual reflete as políticas educativas do concelho, gostaria de começar por fazer referência à importância do documento e também deixar aqui registada uma felicitação aos Técnicos (apesar de se tratar de um documento essencialmente técnico com dados estatísticos) pelo trabalho por si realizado durante meses. Deixou também uma nota relacionada com os transportes escolares, dizendo que já não é novidade, uma vez que já o têm feito aqui outras vezes, chamando a atenção para a necessidade de introduzir mecanismos que melhorem a rede escolar para que os alunos não demorem uma hora de casa até à escola e vice-versa, dado que isso tem implicações no próprio sucesso escolar. Terminou com uma questão relacionada com a demografia do concelho, referindo que se tem ouvido aqui e na Assembleia Municipal, por várias vezes, a referência ao termo “a epopeia cor de rosa” e esta “epopeia” esquece-se por vezes do desenvolvimento que tem seguido. Embora de facto a sua bancada sempre tenha votado a favor, como por exemplo, relativamente ao ensino pré-escolar e ao 1º ciclo e sempre tenha defendido o que estava vertido na Carta Educativa anterior com a construção de três centros escolares em três polos do concelho (Resende, São Martinho de Mouros e São Cipriano), entende que de pouco nos servirá ter estes equipamentos se no futuro não tivermos alunos, pois por mais que queiramos sair do fosso, se não houver criação de emprego e remuneração fruto desse trabalho, as pessoas não têm condições de ficar cá. Esta deve ser a preocupação central porque os equipamentos que estão construídos são necessários, são equipamentos públicos mas temos de dar maior enfoque, neste momento, ao estímulo e criação de emprego para que existam pessoas, famílias e alunos para frequentarem esses mesmos equipamentos.”-----

Presidente da Câmara – Disse que quanto a esta questão gostaria de deixar registados dois ou três aspetos relativos, designadamente, à ambiguidade que existe entre decisões governamentais, com responsabilidade do PSD e CDS/PP, que efetivamente tomam medidas que vão exatamente ao contrário daquilo que o senhor Vereador Jaime Alves proferiu e temos como exemplo o encerramento no nosso Tribunal que, como se deve imaginar, irá ter influência no desenvolvimento económico e social do nosso concelho. Outra questão, que entende que também é ambígua, é o facto de nós



CÂMARA MUNICIPAL

termos ouvido o senhor Primeiro Ministro a convidar as pessoas a emigrar. Portanto, dizemos as coisas de acordo as nossas conveniências. Referiu que concorda que estamos com um problema deste género, mas tal situação não se verifica só em Resende, mas sim por todo o País, tratando-se de um problema conjuntural e não só de Resende, esclarecendo que não colhe este tipo de diálogo e a forma como o pretendem fazer. Embora reconheça que no fundo existe alguma razão, porque efetivamente temos baixos índices de natalidade, que poderão futuramente por em causa o número de alunos do nosso concelho, o certo é que com estas políticas que o atual Governo PSD-CDS/PP tem vindo a implementar, está convencido que o problema se agravará dentro de pouco tempo".-----

Sandra Manuela Rodrigues Pinto (PS) – Disse que relativamente ao tema dos transportes escolares referidos pelo senhor Vereador Jaime Alves e em relação ao facto de anteriormente a sua bancada ter proposto a introdução de mecanismos para a redução de horas nos itinerários dos alunos questionou a bancada da oposição sobre quais os mecanismos a que se referia e que deveriam ser tidos em conta na próxima elaboração dos mapas dos percursos, tendo em atenção o número de autocarros e o número de paragens que estes têm de realizar para a saída e entrada dos alunos, bem como os próprios limites de velocidade estabelecidos pela Lei.-----

Joaquim Rodrigo de Matos Ferreira Pinto Pereira (coligação PSD/CDS Por Resende) – Esclareceu que se tratava de uma opção de investimento sendo que esse investimento deveria ser realizado nos transportes, uma vez que com o mesmo número de autocarros existentes à presente data não se poderia fazer muito mais. Disse que na proposta apresentada anteriormente se propunha a redefinição dos itinerários e que se realizasse um maior investimento nos transportes e acessos, de igual modo como foi realizado nos equipamentos escolares, pois um maior número de autocarros nos transportes escolares iria permitir uma redução de distância de percursos e de número de paragens a ser realizadas.-----

Presidente da Câmara – Deu nota de que esse investimento já foi realizado com a compra de mini-autocarros e que este seria um assunto que o executivo iria retomar mais para o final do ano com o intuito de tentar agilizar de algum modo estas questões e de melhorar os transportes escolares, referindo que na eventualidade da necessidade de efetuar um maior investimento, o executivo irá certamente, caso seja possível, fazê-lo, sendo esta uma pretensão comum.-----

Jaime António Bernardino Alves (coligação PSD/CDS Por Resende) – Quanto à questão da natalidade disse que não se trata aqui de conveniências mas sim de prioridades e de convicções. Lembrou que no ano de 2012 apenas nasceram aproximadamente 70 crianças no concelho e que este número iria trazer implicações futuras em relação ao número de alunos no pré-escolar, uma vez que o concelho possui três centros escolares. Disse ser um assunto que deveria ser trabalhado de forma célere e em conjunto por todos os eleitos e que não era satisfatório para o Município o facto de possuir a maior taxa de desemprego do País. Deu como exemplo o encerramento da maternidade da cidade de Lamego para referir não serem ambiguidades, dizendo que o encerramento desse serviço público também não foi defendido pelo executivo da Câmara e que tal situação apenas permitiu que a população do concelho de Resende tenha mais despesas nas suas deslocações aquando do



CÂMARA MUNICIPAL

nascimento de crianças, uma vez que estas nascem em Vila Real, pelo que distância a percorrer pelos pais aumentou bem como as suas despesas, nomeadamente em deslocações. Relativamente ao encerramento do Tribunal de Resende e à diminuição de cerca de 10% da população do concelho, disse não ser o Tribunal o culpado por tal facto. -----

Presidente da Câmara – Referiu que não é a existência de maternidade que “faz meninos” e que a preocupação deveria estar centrada na própria natalidade. Disse compreender que a maternidade faz falta, mas no que diz respeito à assistência ao parto, não reconhece qualquer ligação entre a diminuição da natalidade no concelho de Resende com o encerramento do maternidade de Lamego.--

Maria José Rodrigues Dias (PS) – Teceu algumas considerações relativamente às questões anteriormente abordadas, designadamente quanto à relacionada com os aspetos demográficos, dizendo que sendo o Dr. Jaime Alves sociólogo de formação, estranha que não esteja a par destes assuntos, pois a questão da demografia e do envelhecimento é uma questão dos países ocidentais, logo também de Portugal, não sendo uma questão só do interior e Resende, comparativamente com o resultado do País em termos de natalidade, ainda está um ponto acima, o que pode ser consultado no nosso diagnóstico social. Isto significa que em termos de País Resende não se encontra tão mal quanto isso, em termos de natalidade. De facto para haver aqui incentivos à natalidade não é o facto de existir aqui uma maternidade que vai fazer com que as pessoas deixem de ter ou não filhos. Se disserem que uma das causas de ter ou não filhos tem a haver com o dinheiro que as pessoas têm, aí sim está de acordo. Relativamente à questão do Tribunal e o facto de Resende perder este serviço, está convicta de que tal irá ter repercussões na economia do concelho, pois tal contribuirá para que haja menos emprego, uma vez que as pessoas irão deixar de se deslocar à Vila de Resende, deixando de consumir no concelho e passando a ir fazê-lo em Lamego ou Viseu. Relativamente à questão do emprego referiu que o executivo aprovou o Regulamento de Incentivo à Criação de Emprego e Empreendedorismo Jovem e que este regulamento é um grande estímulo à criação de emprego no concelho, contrariando as palavras do senhor Primeiro Ministro que sugere que a população jovem emigre e isto apesar de o concelho de Resende ser por natureza e por tradição um concelho com bastantes emigrantes. Referiu existirem pessoas do “vosso lado”, que nas redes sociais, apoiam a emigração alegando que esta lhes trará novas experiências, atitude que em seu entender apenas prejudica o concelho e o País, ao invés de tentar ajudar e incentivar as pessoas a permanecer no concelho. Quanto à questão da taxa de desemprego e aos comentários proferidos pelo senhor Vereador Dr. Jaime Alves, referiu que estes muitas das vezes são “falaciosos”, acrescentando que a população ativa no concelho de Resende é na verdade de cerca de sete mil pessoas e não de cerca de três mil, o que altera assim muito significativamente a percentagem de desempregados no concelho de Resende.-----

Jaime António Bernardino Alves (coligação PSD/CDS Por Resende) – Retorquiu dizendo que o assunto em discussão era a carta educativa do concelho e que a sua bancada apenas se limitou a alertar para uma realidade concreta, como é a pequena percentagem de natalidade existente no concelho, a qual se cifra nos 67 nascimentos, e para a existência de três centros escolares, referindo



R V

CÂMARA MUNICIPAL

que este problema seria fundamental para o desenvolvimento do concelho. Relativamente ao proferido anteriormente pela senhora Vereadora Maria José Dias, sugeriu que esta na abordagem dos assuntos em discussão tivesse mais calma, dizendo que esta não era conhecedora do dia de amanhã, para em resposta ao proferido em relação à existência de pessoas do “vosso lado” dizer que esta deveria ter em memória que ela própria também já esteve “desse lado”, tendo feito parte inclusive de várias Comissões Políticas do PSD. Reconhece ser da sua total liberdade “saltar as vezes que quiser e de ao lado para o outro”, mas que este tipo de atitude apenas vai permitir que não seja respeitada por qualquer um dos lados, podendo ainda causar constrangimentos se eventualmente vier a mudar, outra vez, de lado.-----

Maria José Rodrigues Dias (PS) – Respondeu dizendo que a intervenção do senhor Vereador Jaime Alves apenas demonstrou ser este um demagogo, uma vez que quando confrontado com dados concretos e não possui respostas, recorre a ataques pessoais quer à sua pessoa quer à pessoa do senhor Vereador Albano Santos, tendo-o já feito por diversas vezes enquanto de Presidente da Casa do Povo de Resende, pelo que entende também que o senhor Vereador Jaime Alves não possui autoridade nem moral para o fazer. Disse não ser hipócrita e ter discursos coerentes em locais distintos, bem como não ter qualquer tipo de problema em regressar ao seu antigo posto de trabalho. Finalizou a sua intervenção proferindo o ditado popular que “só não muda quem é burro”.-----

Presidente da Câmara – Esclareceu que aquando da idealização e construção dos três centros escolares a realidade era diferente e foi com os dados existentes à data, onde não se colocava em questão o problema da natalidade, que os mesmos foram projetados. Reconheceu que a construção dos três centros escolares no concelho, com os atuais níveis de natalidade, poderia de facto vir a ser colocada em questão, mas que com o decorrer do tempo e no futuro, acredita e tem fé, que os níveis de percentagem da natalidade no concelho de Resende voltarão a ser os mesmos, podendo assim o concelho vir a precisar ainda de mais centros escolares.-----

Jaime António Bernardino Alves (coligação PSD/CDS Por Resende) – Referiu que não fez nem pretendia fazer qualquer tipo de ataque pessoal e que do proferido apenas se deverá fazer uma leitura política. Relativamente ao Instituto Nacional de Estatística e ao Instituto de Emprego e Formação Profissional disse serem estes os organismos máximos no que diz respeito ao emprego e formação profissional e que possuem autoridade e conhecimento científico, entre outros, para o fazerem e que a sua bancada apenas se limitava a fazer a leitura dos dados lançados por esses organismos.-----

Presidente da câmara – Reforçou a posição da senhora Vereadora Maria José Dias, referindo que os dados relativos ao desemprego no concelho foram baseados na “população ativa”, mas que posteriormente também foi realizado um estudo por um órgão de comunicação social onde consta a taxa de desemprego no concelho e onde se pode verificar que está muito abaixo da tabela nacional. Frisou que a diferença de percentagem resulta do critério relativo à “população ativa” onde consta que o seu número é de cerca de três mil pessoas, quando, na verdade, esse número não corresponde à verdade.-----



Handwritten initials or signature.

CÂMARA MUNICIPAL

Colocado o assunto a votação, foi **deliberado, por unanimidade, aprovar e remeter à Assembleia Municipal.**-----

C.5. PEDIDO DE CERTIDÃO – PROPRIEDADE HORIZONTAL – DEOLINDA DE JESUS FÉLIX E JOSÉ LUÍS;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, um pedido de certidão de propriedade horizontal em nome de Deolinda de Jesus Félix e José Luís, relativa ao prédio sito no Lugar do Serradinho, freguesia de Cárquere, concelho de Resende. Os serviços da DOPU prestaram informação favorável.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, foi **deliberado, por unanimidade, aprovar nos termos das informações dos serviços.**-----

C.6. FEIRA DA VILA DE RESENDE DO DIA 20 DE ABRIL – DIA DE PÁSCOA – ALTERAÇÃO DA DATA DE REALIZAÇÃO;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, uma proposta do Chefe da DASU, Dr. António Pinto, propondo que ao abrigo do disposto no artigo 38º do Regulamento de Funcionamento das Feiras Municipais, a Câmara Municipal delibere antecipar a feira prevista para o dia 20 de abril, para o dia de véspera, ou seja, para o dia 19 de abril.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, foi **deliberado, por unanimidade, aprovar nos termos das informações dos serviços.**-----

C.7. ALEXANDRA CRISTINA BORGES MONTEIRO – PASSE ESCOLAR – PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, um pedido de Alexandra Cristina Borges Monteiro, a solicitar o pagamento em prestações das faturas dos mês de abril a junho do ano de 2013 no montante de 75,34€, referentes ao transporte escolar da sua educanda Márcia Monteiro.--

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, foi **deliberado, por unanimidade, aprovar o pagamento em seis prestações mensais, iguais e sucessivas.**-----

C.8. ROTARY CLUBE DE RESENDE – UNIVERSIDADE SÉNIOR – COMEMORAÇÃO DO DIA DO TEATRO - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, um pedido de cedência de instalações e de diverso apoio logístico, tendo em vista a realização de uma peça de teatro no âmbito da Comemoração do Dia do Teatro, no próximo dia 29 de março pelas 21h00. Os serviços informaram da



Município de
Resende

CÂMARA MUNICIPAL

disponibilidade do Auditório do Centro Cultural de São Cipriano, bem como de dois funcionários para a “reggie” e zona de entrada, respetivamente.-----

A Vereadora Anabela Ribeiro de Oliveira (coligação PSD/CDS Por Resende) declarou-se impedida relativamente a este assunto, pelo que não participou na sua discussão e votação.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Câmara propôs a aprovação em minuta de todos os assuntos submetidos a decisão do órgão, **o que foi aprovado por unanimidade**, e deu por encerrada a reunião, eram 11h55.-----

Os documentos que servem de suporte às deliberações tomadas encontram-se arquivados digitalmente no sistema de gestão documental IportalDoc, com réplicas no servidor, na partilha Atas, pasta Câmara Municipal, subpasta Ano 2014.-----

E eu, António Manuel de Almeida Pinto, Chefe da Divisão Administrativa e de Serviços Urbanos, a redigi e subscrevo.-----

Dr. M. Garcez Trindade
Presidente da Câmara Municipal

Dr. António Manuel de Almeida Pinto
Chefe da DASU